



Delegado da PF critica Zampronha por manifestações na imprensa

A Assessoria de Comunicação Social da Polícia Federal manifestou-se contra o colega delegado Luís Flavio Zampronha esta semana. A reclamação é por conta de entrevistas dadas por Zampronha aos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo* para comentar o julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão.

Zampronha, que foi o responsável pela investigação que se tornou o processo do mensalão, disse aos jornais que o caso deveria ser tratado como um grande esquema de lavagem de dinheiro, e não apenas de compra de apoio político. Ele também afirmou que Zé Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, e João Paulo Cunha, deputado federal (PT-SP), também deveria constar entre os acusados de lavagem.

A Ascom da PF se manifestou depois de ter sido questionada pela direção da Polícia Federal sobre a entrevista. A direção queria saber se o contato de Zampronha foram autorizadas ou interemdiadas pela assessoria de imprensa. Pelas regras internas da PF, qualquer contato de servidores da instituição com a imprensa deve ser autorizado pela Ascom.

Dois repúdios

Em nota enviada às principais redações do país na quinta-feira (16/8) à noite, a Associação Nacional de Delegados da Polícia Federal (ADPF) se disse "estarecida" com a atitude do diretor de comunicação social da PF, delegado Humberto Priso Neto, de representar contra Zampronha na Corregedoria-Geral da PF. Disse que Prisa, na condição de responsável pela Ascom, tomou a atitude de um censor.

Na opinião da ADPF, Zampronha se manifestou como cidadão, e não como delegado que participou das investigações. Também disse que ele não precisaria de autorização, pois comentou uma investigação já concluída, transformada em ação penal.

A associação também lamenta que a comunicação social da PF "não atue como facilitadora do contato da imprensa com a instituição. "Muito pelo contrário, a Comunicação Social da Polícia Federal vem dificultando e inibindo a manifestação de seus membros, inclusive prejudicando a divulgação de dados e operações que enaltecem o trabalho da instituição."

No início da tarde desta sexta-feira (17/8), a Divisão de Comunicação Social da PF esclareceu que não houve representação na Corregedoria, como inicialmente disse a ADPF. Houve manifestação do departamento para saber se a entrevista de Zampronha foi autorizada ou acompanhada pela assessoria de imprensa – e não foi.

"A Comunicação Social da PF não pratica censura, apenas cumpre o seu papel de zelar pela imagem do órgão, buscando sempre informar ao cidadão sobre os resultados positivos dos trabalhos de seus membros", diz a nota da PF.



Depois do esclarecimento, a ADPF corrigiu a nota de repúdio. Mostrou-se estarecida, não mais com a representação, mas com a manifestação da Comunicação Social da PF contra Zampronha. O resto do texto continuou igual.

**Texto alterado às 13h30 da sexta-feira (17/8) para correção de informações. Ao contrário do que dizia a versão publicada na noite da quinta-feira, não houve representação do delegado Humberto Priso Neto contra o delegado Luís Flavio Zampronha na Corregedoria-Geral da PF. O que houve foi uma manifestação da Comunicação Social para saber se as entrevistas de Zampronha à Folha e ao Estadão foram devidamente autorizadas.*

Clique [aqui](#) para ler a nota de esclarecimento da Polícia Federal.

Leia a primeira nota da ADPF:

Nota de Repúdio

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) vem a público manifestar sua indignação contra a atitude do chefe da Comunicação Social da Polícia Federal, delegado Humberto Prisco Neto, o qual representou contra o delegado Luís Flávio Zampronha, na Corregedoria-Geral, por este ter se manifestado nos jornais Estadão e Folha de São Paulo sobre o processo do Mensalão.

A ADPF está estarecida com o episódio e defende que o delegado Zampronha não precisaria de autorização superior para se manifestar sobre uma investigação já concluída, cujo processo está em fase de julgamento sem segredo de Justiça, sobre um assunto que está sendo amplamente discutido em todo o Brasil.

Ademais, o delegado Zampronha se manifestou junto aos veículos de comunicação na condição de associado e cidadão livre para externar sua opinião. Em nenhum momento o delegado Zampronha falou em nome da instituição Polícia Federal.

A ADPF lamenta que nos dias de hoje, a Comunicação Social da Polícia Federal não atue como uma facilitadora do contato da imprensa – porta-voz dos anseios da sociedade – com a instituição. Muito pelo contrário, a Comunicação Social da Polícia Federal vem dificultando e inibindo a manifestação de seus membros, inclusive prejudicando a divulgação de dados e operações que enaltecem o trabalho da instituição.

A ADPF prestará toda assistência jurídica necessária ao delegado Luís Flávio Zampronha e conclama os delegados federais a não aceitarem esse tipo censura completamente desarrazoada em pleno Estado Democrático de Direito.

Leia a segunda nota da ADPF:

NOTA DE REPÚDIO

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) vem a público manifestar sua indignação contra a atitude da Assessoria de Comunicação Social da Direção-Geral da Polícia Federal, a qual provocou manifestação da Corregedoria-Geral contra o delegado Luís Flávio Zampronha, por este



ter se manifestado nos jornais Estadão e Folha de São Paulo sobre o processo do Mensalão.

A ADPF está estarrecida com o episódio e defende que o delegado Zampronha não precisaria de autorização superior para se manifestar sobre uma investigação já concluída, cujo processo está em fase de julgamento sem segredo de Justiça, sobre um assunto que está sendo amplamente discutido em todo o Brasil.

Ademais, o delegado Zampronha se manifestou junto aos veículos de comunicação na condição de associado e cidadão livre para externar sua opinião. Em nenhum momento o delegado Zampronha falou em nome da instituição Polícia Federal.

A ADPF lamenta que nos dias de hoje, a Comunicação Social da Polícia Federal não atue como uma facilitadora do contato da imprensa – porta-voz dos anseios da sociedade – com a instituição. Muito pelo contrário, a Comunicação Social da Polícia Federal vem dificultando e inibindo a manifestação de seus membros, inclusive prejudicando a divulgação de dados e operações que enaltecem o trabalho da instituição.

A ADPF prestará toda assistência jurídica necessária ao delegado Luís Flávio Zampronha e conclama os delegados federais a não aceitarem esse tipo censura completamente desarrazoada em pleno Estado Democrático de Direito.

Date Created

17/08/2012